REMODELAÇÃO DO PARQUE JUDICIAL ESTÁ ENCALHADA NO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Falta um quinto dos funcionários nos tribunais da Comarca de Setúbal

Para além das carências humanas e que são consequência dos baixos vencimentos, há também necessidade de efetuar obras em todos os edifícios. Em Sesimbra, por exemplo, o tribunal funciona num prédio de apartamentos e os presos são obrigados a aguardar dentro de carros.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO
IMAGEM DR

OS TRIBUNAIS DA COMARCA de Setúbal estão velhos e a precisar de obras. Também não possuem o número de funcionários previsto. São problemas comuns a todos os sete e cuja resolução tem esbarrado em obstáculos tão diversos como a falta de aprovação dos trabalhos por parte do Ministério das Finanças ou a incapacidade financeira do Estado para pagar ordenados capazes de permitirem a fixação dos funcionários judiciais e do Ministério Público em algumas localidades.

"Faltam um quinto dos funcionários no somatório dos tribunais da comarca", sintetizou ao Semmais o juiz presidente da comarca, António José Fialho. De acordo com este responsável escasseiam, atualmente, e conforme vai constar dos relatórios oficiais que anualmente chegam à tutela, "16 por cento dos funcionários nos serviços judiciais e 20 por cento no Ministério Público".

Segundo o juiz presidente, as maiores carências fazem-se notar, atualmente, nos tribunais da zona Sul, nomeadamente em Alcácer do Sal, Grândola e Sines. "Nestas áreas da comarca é especialmente difícil fixar as pessoas, uma vez que quase todos ganham pouco mais do que o ordenado mínimo, ao passo que uma renda de casa pode rondar os 600 ou 700 euros", disse.

António José Fialho revelou ainda que têm sido efetuados diversos contactos com a tutela para tentar solucionar o problema. "As próprias câmaras municipais têm manifestado intenção de ajudar a resolver os problemas, mas... a manta é curta", adiantou.

Depois, para além dos vencimentos que afastam o pessoal, subsistem problemas como a idade avançada de grande parte dos funcionários. De acordo com o juiz presidente, a média de idades na comarca ronda, atualmente, os 56 anos. Trata-se, diz, de mais um forte contributo que faz aumentar o abstencionismo. "As pessoas mais velhas ficam mais sujeitas às doenças e, por isso, faltam mais e por períodos mais prolongados", reiterou.

MAIORIA DOS EDIFÍCIOS APRESENTAM CARÊNCIAS

Boa parte dos edifícios dos tribunais da Comarca de Setúbal não possuem as condições ideais para trabalhar. No caso de Setúbal o maior problema é a dispersão, com os funcionários distribuídos por quatro imóveis diferentes. Mais grave, no entanto, é o que se passa em Sesimbra, onde a falta de condições faz com que os presos sejam obrigados a aguardar dentro de carrinhas celulares ou em viaturas policiais.

"Em Sesimbra o tribunal, que também tem parte criminal, funciona num prédio de apartamentos, no Edifício Falésia. Não possui celas e os presos são obrigados, muitas vezes com muito calor, a aguardarem dentro das viaturas. Trata-se de um problema de direitos humanos", refere o juiz presidente da comarca.

António José Fialho diz que a própria câmara municipal, por intermédio do presidente, Francisco Jesus, tem tentado solucionar o problema. "Tem feito um trabalho notório. Disponibilizou um terreno e aprovou um projeto, mas os trabalhos não avançam porque o Ministério das Finanças ainda não deu parecer favorável", explicou.

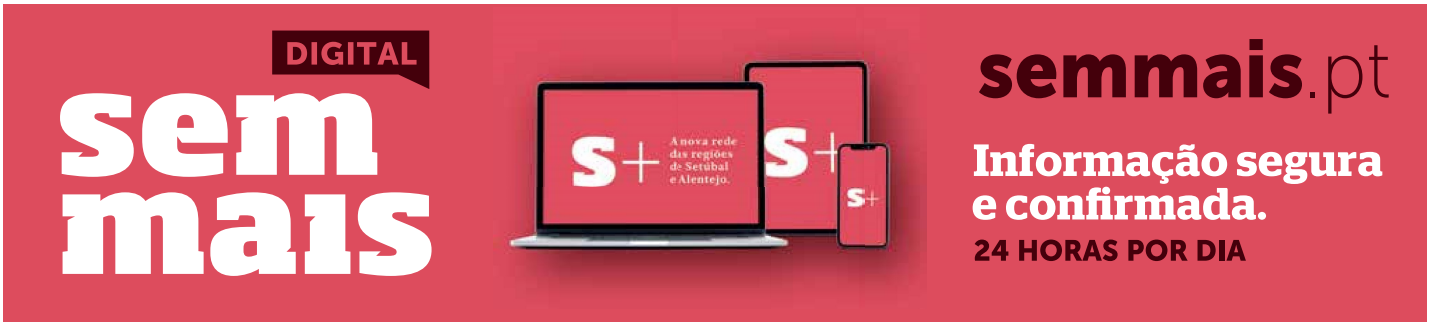
Já em Setúbal a ideia de ampliar o atual Palácio da Justiça remonta a 2017. A falta de aprovação, supostamente devido à inexistência de recursos financeiros, está na origem da demora. "Sabemos que a câmara de Setúbal gostaria de construir um novo Palácio da Justiça. Acabava-se com a dispersão dos atuais quatro edifícios do tribunal, o que permitia poupar em recursos humanos e até fazer economias, pois alguns dos edifícios estão localizados na parte mais central da cidade. Mas, à semelhança do que sucede em Sesimbra, também aqui não há avanços".

A questão da segurança relacionada com as pessoas é igualmente preocupante. Em Setúbal, de acordo com o mesmo responsável, reformou-se recentemente o único agente principal da PSP que esta entidade dispensava para os serviços do tribunal. Agora, todo o serviço é assegurado por uma empresa privada. "Nunca é a mesma coisa", refere António José Fialho, salientando, por exemplo, que se existem pórticos na entrada dos edifícios, também é um facto que não há raquetas que permitam uma revista mais pormenorizada.

O juiz presidente da Comarca de Setúbal refere, por fim, que a pandemia de Covid-19 trouxe alguns contratempos aos serviços. "Nunca foi identificado nenhum surto em nenhum dos tribunais, mas temos tido situações de pessoal contaminado e de outros que ficam em casa devido às medidas preventivas aplicadas de cada vez que a doença é detetada num familiar", explicou.

Setores mais **baixos** são os mais carenciados

O Semmais consultou o último relatório anual da Comarca de Setúbal. É um documento com 211 páginas e que se reporta ao ano de 2020, tendo sido tornado público no ano passado. Neste documento, que aborda 12 capítulos diferentes, realçam-se as questões relacionadas com os recursos humanos, as taxas de absentismo e os quadros e lugares por preencher. Se no caso de juízes e magistrados do Ministério Público não há razões de queixa, estando as vagas preenchidas, já no que respeita aos funcionários judiciais existiam 177 para um quadro de 211 (nenhuma das duas vagas para técnicos de informática estava preenchida). No ano em apreço verificaram 448 dias de baixa entre os magistrados judiciais, 723 entre os magistrados do Ministério Público.



PUBLICIDADE